

Governo prevê acordo da dívida este mês

Odail Figueiredo

13/2/87 — Sônia D'Almeida



Dauster acelera negociação

BRASÍLIA — A equipe que negocia a dívida externa brasileira acredita que até o final deste mês conseguirá fechar com os bancos credores um acordo sobre o pagamento dos US\$ 8 bilhões em juros atrasados acumulados até dezembro. Um dos principais obstáculos que impediam o fechamento do acordo foi removido na semana passada, quando a delegação chefiada pelo embaixador Jório Dauster conseguiu obter dos bancos o compromisso de que o acerto da conta de atrasados será vinculado ao acordo de mais longo prazo para os restantes US\$ 54 bilhões da dívida externa do setor público.

Essa vinculação, segundo informou ontem uma fonte que tem participado da negociação em Nova Iorque, se dará através do próprio esquema de pagamento dos atrasados. Uma parte dos US\$ 8 bilhões será paga em dinheiro, mas o restante será transformado em bônus — e as duas partes já concordaram em que esses bônus só serão emitidos pelo governo brasileiro quando for fechado o acordo global da dívida. A discussão desse acordo de longo prazo será iniciada tão logo haja uma definição do problema dos atrasados. O embaixador Jório Dauster, só retornará ao Brasil quando essa primeira parte do acordo estiver concluída.

Ainda há diferenças importantes entre as posições do governo e dos bancos, mas a fonte assegura que elas serão resolvidas rapidamente. “O esquema geral está desenhado, cada uma das partes já sabe até onde a outra pode chegar e, o que é mais importante, os dois lados estão interessados em fechar o acordo”, afirma. Os bancos mantêm a exigência de um pagamento de US\$ 2,4 bilhões em

dinheiro, enquanto a equipe brasileira insiste na sua oferta de US\$ 1,5 bilhão. Os banqueiros querem também que 60% desse total (US\$ 1,44 bilhão) seja pago à vista e o restante em seis parcelas. Os negociadores brasileiros oferecem US\$ 500 milhões de imediato e mais nove prestações.

Pagamentos crescentes — A equipe brasileira e o comitê assessor dos bancos já concordaram em transformar em bônus de longo prazo a diferença que não for paga em dinheiro, cuja emissão só será feita depois de fechado o acordo global da dívida. Falta definir, no entanto, as condições financeiras desses bônus. O governo quer que eles tenham prazo de 12 anos, dos quais cinco de carência (o período em que não há pagamento do principal, mas apenas dos juros). Os bancos gostariam de receber tudo em nove anos, concedendo apenas um ano de ca-

rência. Já está acertado que os pagamentos serão crescentes ao longo dos anos.

O governo propôs também um esquema progressivo para os juros desses papéis, partindo de 4,5% ao ano, no início, para chegar a 7,5% depois do quinto ano de emissão dos títulos. Nesse esquema, os juros seriam fixos, mas os banqueiros defendem uma solução tradicional: juros flutuantes, de acordo com as condições de mercado, tendo por base a *libor* (a taxa básica da praça de Londres), mais 1%. Apesar dessas diferenças de posição, os negociadores brasileiros estão otimistas. “Quem tem experiência em processos de negociação sabe que, daqui para a frente, a convergência de pontos de vista será rápida”, garante a fonte governamental.

Setor público — O fechamento de um acordo sobre os juros atrasados permitirá que o governo e os credores passem para a parte mais difícil das negociações, que envolve todo o estoque da dívida do setor público brasileiro. Em outubro passado, o governo propôs a transformação do débito global em títulos de até 45 anos de prazo, num esquema que não é visto com bons olhos pelos banqueiros. Os credores preferem uma solução tradicional ou, no máximo, um acordo nos moldes do plano Brady, que foi a linha seguida pelo México e pela Venezuela.

O governo, porém, considera que a solução patrocinada pelo secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, não é mais adequada para os países devedores. E que, para permitir uma redução de parte do débito, o esquema prevê que o país devedor apresente garantias, como a compra de títulos do próprio Tesouro dos EUA. “No caso do México, o dinheiro gasto na compra desses papéis anulou as vantagens obtidas com a redução da dívida”, diz a fonte do governo.